

TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS

# Processos parados avolumam dinheiro exigido ao Estado

cofina#insights@invisible

**Os processos pendentes nos tribunais administrativos fizeram disparar nos últimos anos o volume das indemnizações exigidas ao Estado. De dois mil milhões de euros em 2016, subiram para 4,5 mil milhões em 2020.**

JOÃO MALTEZ

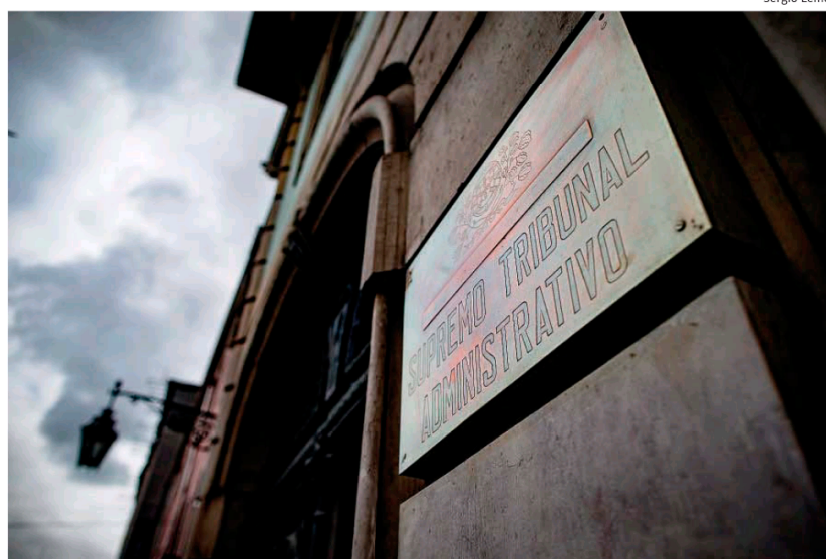
jmaltez@negocios.pt

**A**s indemnizações exigidas ao Estado que se encontram pendentes nos tribunais administrativos superam os 4,5 mil milhões de euros, revela o mais recente Relatório Síntese do Ministério Público. A maior parte destes processos, explicam ao Negócios especialistas em direito administrativo, resulta da prática de atos ilegais por parte da administração que causaram danos que têm de ser ressarcidos. Contudo, com falta de juizes e de quem lhes dê assessoria pública, os processos vão-se acumulando, o que ajuda a explicar a existência de montantes tão elevados sob disputa judicial.

“O montante é elevado porque os processos se acumulam ao longo dos anos sem decisão, o que, naturalmente, engrossa o valor total das indemnizações reclamadas em processos pendentes”, explica Henrique Rodrigues da Silva, sócio da Sérvulo.

De acordo com informação avançada pelo Público, o valor global das indemnizações pendentes é o maior desde o ano judicial 2015/2016, em que o montante global destas ações contra o Estado era inferior a dois mil milhões de euros. No ano judicial seguinte, o valor subiu para 3.112 milhões, tendo baixado para 2.916 milhões em 2018. Mas desde então tem sido sempre a subir: 4.087 milhões em 2019 e 4.505 milhões em 2020.

“Olhando para o relatório do Ministério Público, pode depreender-se que o assinalado aumento desde 2015/2016 dos pedidos indemnizatórios em ações judiciais diretamente contra o Estado tem



Tribunais administrativos acumulam processos ao longo dos anos sem decisão, dizem os advogados especialistas nesta área.

essencialmente a ver com o número crescente de pendências nos tribunais administrativos. Os processos vão-se acumulando como os números do relatório demonstram (em 2020, das 1561 ações pendentes contra o Estado só foram deci-

didadas 191)”, sublinha Gonçalo Guerra Tavares, advogado e sócio da CMS-RPA.

A verdade é que, sublinha Diogo Duarte Campos, sócio da PLMJ, o valor de 4,5 mil milhões de euros, “embora muitíssimo elevado, representa apenas uma parte das contingências do Estado”. Com efeito, “além dos valores em disputa no âmbito da justiça tributária, o Estado pode ser responsabilizado, também, no âmbito contratual, por valores que não estão aqui incluídos”.

Segundo adianta, “para se aferir a responsabilidade do Estado nos tribunais administrativos, teremos de somar ao valor referido todas as responsabilidades decor-

rentes da execução de contratos, como reequilíbrios financeiros, trabalhos a mais ou pedido de maior onerosidade na execução do contrato”.

## “Práticas ilegais”

José Luís Moreira da Silva, sócio da SRS, entende que “a maioria destes processos resulta da prática de atos ilegais por parte da administração que causaram danos e que têm de ser ressarcidos”. Ainda na opinião deste advogado especialista em direito público, “a grande quantidade de casos resulta de toda a atividade da administração, em todas as áreas, e demonstra o elevadíssimo grau da sua intervenção na vida dos cidadãos”.

**Os 4,5 mil milhões de euros são apenas uma parte das contingências do Estado, frisam os especialistas.**

# São precisos juízes e quem os ajude, mas também tribunais

Gonçalo Guerra Tavares evidencia, por seu turno, que “o Estado age, muitas vezes – e muito mais vezes do que o que os cidadãos terão perceção – de forma ilegal, não cumprindo procedimentos e regras legais, o que gera o dever de indemnizar”.

Por outro lado, para o sócio da CMS-RPA, “os particulares estão cada vez mais alerta e cientes dos seus direitos, o que tende a aumentar quer o número de litígios quer o montante em litígio”. Aliás, sublinha ainda, “o Estado apenas não é condenado mais vezes por questões formais e uma interpretação que, não raras vezes, tende a proteger o Estado em desfavor dos particulares e do Estado de direito”.

Mas por que razão demoram estes processos a resolver? José Luís Moreira da Silva aponta três razões para tal: “A falta de juízes, funcionários judiciais e salas para julgamento nos tribunais administrativos; o enorme entupimento dos tribunais administrativos pelo aumentar de processos; o problema da prova neste tipo de processos, que é exigente e demorada, normalmente com perícias de técnicos.” ■

Os tribunais administrativos praticamente só tramitam os processos urgentes e as ações ditas normais acumulam-se anos a fio sem qualquer andamento, criticam os especialistas nesta área do direito ouvidos pelo Negócios. Resolver a situação não é fácil, mas há ideias para o fazer.

“Da minha perspetiva, há duas medidas que poderiam ajudar muito a melhorar a situação. A primeira seria dotar os tribunais administrativos de um corpo de assessores que auxiliasse os juízes na preparação dos processos para decisão, reservando aos magistrados as tarefas relacionadas com a decisão jurisdic-

cional. A segunda seria criar incentivos para que as medidas de simplificação processual que constam já da lei fossem utilizadas com maior frequência pelos juízes, como a apensação de processos de características idênticas”, frisa Henrique Rodrigues da Silva, sócio da Sérvulo.

Também Gonçalo Guerra Tavares, da CMS-RPA, defende que “claramente são precisos mais meios humanos – juízes e serviços de apoio –, quer nos tribunais de primeira instância, quer nos tribunais superiores. “Outras medidas possíveis seriam a possibilidade de priorização dos processos em função

da sua importância e ainda um maior recurso a arbitragem em algumas áreas”, defende o mesmo advogado.

Na opinião de José Luís Moreira da Silva, sócio da SRS, as soluções para os problemas da acumulação de pendências “não passam por mais ou outras leis, o que é a solução sempre barata, mas antes por mais tribunais, juízes e funcionários, o que é a solução cara!”. Assim, este advogado deixa o desejo de que o novo Governo encare de frente este problema – que é muito mais grave ainda na justiça fiscal”.

Diogo Duarte Campos, sócio da PLMJ, considera, de res-

to, que “os tribunais administrativos sempre foram o parente pobre da justiça portuguesa”. Tal como adiante, uma das três condições que a Comissão Europeia impôs para o financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência foi, precisamente, “a demonstração de um investimento na justiça administrativa”.

Neste campo, “sem prejuízo de um ou outro detalhe legislativo”, o sócio da PLMJ entende que “o que verdadeiramente falta são juízes e tribunais”. Nomeadamente “tribunais com salas de audiência que não impliquem que um juiz só possa fazer julgamentos uma vez por semana. ■



**Os tribunais administrativos encontram-se numa situação muito grave, praticamente só tramitam os processos urgentes.**



**Claramente são precisos mais meios humanos (juízes e serviços de apoio) para fazer face ao crescente número de pendências.**



**Os tribunais administrativos sempre foram o parente pobre da justiça portuguesa.**



**O problema dos tribunais administrativos vem de longe e resulta de ainda serem tratados como uma jurisdição menor.**

**Faltam juízes, funcionários judiciais e salas para julgamento nos tribunais administrativos.**



**HENRIQUE R. DA SILVA**  
Advogado,  
sócio da sociedade Sérvulo



**GONÇALO G. TAVARES**  
Advogado,  
sócio da sociedade CMS-RPA



**DIOGO DUARTE CAMPOS**  
Advogado,  
sócio da sociedade PLMJ



**JOSÉ LUÍS M. DA SILVA**  
Advogado,  
sócio da sociedade SRS